



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E**  
**CONTABILIDADE**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LUAN FERREIRA MAGALHÃES**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PROMOÇÃO DAS LIBERDADES**  
**INSTRUMENTAIS NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE**  
**AMARTYA SEN**

**FORTALEZA**

**2021**

LUAN FERREIRA MAGALHÃES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PROMOÇÃO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS  
NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE AMARTYA SEN

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

FORTALEZA

2021

LUAN FERREIRA MAGALHÃES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PROMOÇÃO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS  
NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE AMARTYA SEN

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial à obtenção  
do grau de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M167e Magalhães, Luan Ferreira.  
A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PROMOÇÃO DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS NA  
PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE AMARTYA SEN / Luan  
Ferreira Magalhães. – 2021.  
48 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,  
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências  
Econômicas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

1. Economia Solidária. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Liberdades instrumentais. I.  
Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira, pela honra de ter sido seu orientando. Sou grato pela sua disponibilidade, por ter acolhido minha pesquisa, por todo conhecimento transmitido e pela experiência compartilhada.

À minha mãe, por todo apoio e contribuição para que fosse possível realizar esta conquista.

A todos que de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Economia Solidária, forma de produção transformadora que reflete sobre a relação com os rendimentos e o desenvolvimento econômico. Com a finalidade de analisar como esse tipo de iniciativa tem potencial para promover as liberdades instrumentais, na perspectiva de desenvolvimento econômico de Amartya Sen, pretendeu-se identificar o perfil dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, segundo o último mapeamento divulgado pela SENAES, em 2014. A pesquisa foi elaborada a partir de dados secundários do mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária, divulgado em 2014 pelo SIES e também por pesquisas bibliográficas, utilizando como fonte: livros, artigos acadêmicos e sites. Com base nos dados levantados foi possível perceber que o processo de desenvolvimento resulta em uma série de processos que se integram e, posteriormente, ampliam seus efeitos quando articulados. A efetivação das liberdades instrumentais nos empreendimentos de Economia Solidária substituiu o modo atual de produção por uma gestão participativa, que valorizava os indivíduos. Conforme mostrado ao longo do trabalho, a Economia Solidária tornou-se um meio para que o agente econômico conseguisse expandir suas liberdades e fosse um canal para promover o desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Desenvolvimento Econômico. Liberdades instrumentais.

## ABSTRACT

The present work has as theme the Solidarity Economy, a form of transformative production that reflects on the relationship with income and economic development. In order to analyze how this type of initiative has the potential to promote the instrumental freedoms, from the perspective of economic development of Amartya Sen, it was intended to identify the profile of the enterprises of Solidary Economy in Brazil, according to the latest mapping published by SENAES, in 2014. The research was prepared from secondary data of the mapping of the enterprises of Solidarity Economy, published in 2014 by the SIES and also by bibliographic research, using books, academic articles and websites as sources. Based on the data collected it was possible to realize that the development process results in a series of processes that integrate and, subsequently, extend their effects when articulated. The realization of the instrumental freedoms in the enterprises of Solidary Economy replaced the current mode of production with a participatory management that valued the individuals. As shown throughout the work, the Solidarity Economy became a means for the economic agent to expand his freedoms and be a channel for promoting economic development.

**Keywords:** Supportive economy. Economic Development. Instrumental freedoms.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de sócios por gênero .....	27
Gráfico 2 - Área de atuação do empreendimento.....	28
Gráfico 3 - Formas de organização do empreendimento .....	29
Gráfico 4 - Formas de organização do empreendimento por região .....	29
Gráfico 5 - O empreendimento está conseguindo remunerar os sócios que trabalham (Nº EES: 11.081).....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cor ou raça predominante dos sócios.....	27
Tabela 2 - Categoria social dos sócios e das sócias.....	30
Tabela 3 - O que motivou a criação da EES .....	31
Tabela 4 - Participação do empreendimento em movimentos, redes ou em ações ..	32
Tabela 5 - Periodicidade da assembleia ou reunião do empreendimento.....	33
Tabela 6 - Tipo de apoio, assessoria ou capacitação recebido.....	33
Tabela 7 - Importância da renda obtida pelos sócios .....	35
Tabela 8 - O que os resultados econômicos permitiram no ano anterior .....	36
Tabela 9 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos.....	37
Tabela 10 - Investimentos realizados no empreendimento .....	38
Tabela 11 - Principais conquistas do EES .....	41
Tabela 12 - Principais desafios do empreendimento.....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	15
3.2	DESENVOLVIMENTO EM AMARTYA SEN.....	21
	3.2.1 O papel das liberdades instrumentais.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
	4.1 MAPEAMENTO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES).....	26
	4.2 LIBERDADES INSTRUMENTAIS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	32
	4.2.1 Liberdades políticas.....	32
	4.2.2 Facilidades econômicas.....	34
	4.2.3 Oportunidades sociais.....	41
	4.2.4 Garantias de transparência.....	43
	4.2.5 Segurança protetora.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, vivemos em um momento da iniciativa individual que se desenvolve através do mercado e que aprofunda a competição e a concentração de renda. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2019, os 10% com maiores rendimentos da população brasileira concentravam 42,9% do rendimento total, enquanto os 10% com menores rendimentos possuíam apenas 0,8% (IBGE, 2019). Comparado ao ano de 2012, a participação dos 10% com menores rendimentos demonstrou uma queda de 17,5% (1,0% para 0,8%), mas a parcela com os 10% maiores rendimentos caiu apenas 0,2% (43% para 42,9%), indicando uma piora na concentração ao longo dos últimos anos e o agravamento da desigualdade monetária entre os mais pobres. Contudo, em meio a esse contexto de concentração de renda e competitividade, os empreendimentos de Economia Solidária vêm ganhando espaço, sendo uma alternativa ao desemprego e à geração de renda.

Como uma alternativa ao modelo atual de produção capitalista, Singer (2002, p. 10) afirma que a Economia Solidária é outro modo de produção e que seus princípios básicos são: “a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Todos esses princípios unem as pessoas que produzem numa única classe de trabalhadores e o seu capital é dividido por igual na sociedade”.

Na visão de Sen (2010, p. 16), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” e para que o desenvolvimento aconteça, é necessária a remoção de alguns entraves que são fontes de privação de liberdade. As fontes de privação incluem: a privação de uma nutrição adequada, ser privado de ter um emprego rentável, privação de liberdades políticas.

A expansão da liberdade é vista como o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. O papel primordial, chamado de constitutivo, relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana e o meio, chamado de instrumental, são os meios para atingir os fins (SEN, 2010).

Segundo o relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), desenvolvimento sustentável pode ser definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a

possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Além disso, “para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças” (GADOTTI, 2009, p. 30).

Em 2003, o Ministério do Trabalho instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o objetivo de fomentar atividades para estimular a geração de renda e a promoção do desenvolvimento local. Além disso, desde a sua criação, a Secretaria tem a tarefa de levantar dados e criar uma base de dados nacional sobre a Economia Solidária.

Em seu último relatório, divulgado em 2014, foram identificados 19.708 empreendimentos de Economia Solidária (EES) em 2.708 municípios, totalizando 50,05% dos municípios brasileiros. Os EES estão concentrados em sua maioria na Região Nordeste, que compreende 40,8% dos empreendimentos observados. Tais empreendimentos possuem 1.423.631 sócios, sendo 803.373 homens e 620.258 mulheres (PROJETO SIES; GRUPO ECOSOL UNISINOS, 2014).

Como apontam os dados, os empreendimentos além de constituírem uma importante alternativa de inclusão social e de renda, podem gerar uma expansão das liberdades dos sócios, tornando a sociedade mais justa e menos desigual, uma vez que, ao apresentar uma nova forma de relação entre produtores e consumidores, aliam essa forma de gestão à preservação do meio ambiente, cuja possibilidade se dá graças à cooperação, autogestão e solidariedade praticadas nos empreendimentos. Diante desse cenário, um estudo mais aprofundado se torna relevante. Portanto, indaga-se: como os empreendimentos da Economia Solidária promovem as liberdades instrumentais dos indivíduos sob a perspectiva de desenvolvimento econômico de Amartya Sen?

Com base nesse questionamento, partimos da hipótese que os empreendimentos de Economia Solidária podem gerar maiores oportunidades em relação a liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, o que pode ser um fator decisivo para o desenvolvimento econômico.

Para tanto, será apresentado o histórico da Economia Solidária e suas características. Como objetivo geral, o trabalho irá analisar como os empreendimentos

da Economia Solidária promovem as liberdades instrumentais dos indivíduos sob a perspectiva de desenvolvimento econômico de Amartya Sen.

Na parte seguinte, e como objetivos específicos, serão apresentadas as principais características dos empreendimentos de Economia Solidária por meio do mapeamento do SIES, divulgado em 2014 e as liberdades instrumentais serão analisadas por meio de dados do mapeamento.

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa básica estratégica, já que se propõe a explicar a relação entre a Economia Solidária e o desenvolvimento econômico. Em relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva, pois a elaboração deu-se a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte: livros, artigos acadêmicos e sites.

A abordagem é qualitativa e tem como finalidade compreender a dinâmica dos empreendimentos econômicos solidários. O método de pesquisa é hipotético-dedutivo, pois parte do referencial teórico e de hipóteses para a construção do trabalho.

A pesquisa foi feita a partir de dados secundários utilizando como base o mapeamento (*Atlas Digital*) dos empreendimentos de Economia Solidária, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), divulgado em 2014. Nesse passo, foram selecionadas informações sobre a forma de organização, quais as áreas de atuação, informações sobre comercialização, trocas, consumo, serviços, aspectos políticos e sociais dos empreendimentos. Dessa forma, se pretende analisar as liberdades instrumentais por meio das seguintes categorias: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Deve-se ressaltar que os dados do mapeamento podem não refletir mais o atual cenário da Economia Solidária no Brasil e não há previsão para um novo mapeamento. O processo de consolidação da Economia Solidária vem sofrendo um desmonte nos últimos anos, “começando por um retrocesso bastante importante ainda na gestão Temer – quando a SENAES foi rebaixada a Subsecretaria – e se consolidou na atual gestão” (PINHO, 2019).

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para Coelho (2006), a Economia Solidária surge como uma alternativa de desenvolvimento econômico em relação ao padrão atual da economia capitalista, baseada em valores mais humanos e buscando uma maior autonomia dos grupos que a praticam, seja em práticas sociais, seja em ambientais sustentáveis.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a Economia Solidária é “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver” (BRASIL, 2015). Diferentemente do sistema convencional, os trabalhadores também são donos do empreendimento, o que tende a aumentar a inclusão social através da cooperação e solidariedade entre o grupo.

A solidariedade é associada a uma ideia de coletivo e não a simples soma de esforços individuais coordenados para um objetivo comum (cooperação). Seu princípio serve para justificar uma forma de relação que considere o interesse do grupo e, assim, reconhecer-se como integrante de um projeto comum (AZAMBUJA, 2009). Portanto, a solidariedade propicia um maior envolvimento e comprometimento entre os sócios e, conseqüentemente, um maior engajamento no processo de gestão e produção.

Para Singer (2002), a Economia Solidária é outro modo de produção que une todos os trabalhadores em uma única classe, que são possuidores de capital e que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento em áreas onde o mercado capitalista geralmente não possui interesse em investir. Afirma ainda que a Economia Solidária poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo, proporcionando uma melhor qualidade de vida, dar mais liberdade e autonomia para as pessoas.

A Economia Solidária surgiu após a Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa, períodos nos quais grande parte dos trabalhadores se encontrava em extrema pobreza e em situação de desemprego devido à expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais. Com a expulsão em massa, os camponeses foram sendo inseridos nas fábricas e manufaturas e, posteriormente, foram substituídos por máquinas em consequência da organização da produção da

época. Em meio ao contexto de exclusão e opressão operária, os movimentos reivindicatórios passaram a crescer, com o objetivo de construir um novo sistema sem o empregador, buscando união entre sindicalistas e cooperativistas (SILVA, 2011).

Singer (2002) afirma que a criação desses movimentos está ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, cujos trabalhadores passaram a ter maior liberdade, inclusive para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão. Em 1821, a primeira cooperativa owenista reuniu um grupo de jornalistas, tendo formado uma comunidade para juntos todos poderem viver dos ganhos de suas atividades profissionais.

Desde o momento em que o mercado de trabalho começou a ampliar os direitos e a situação dos operários começou a melhorar, o movimento operário passou a defender tais ações. Os sindicatos, que no início lutaram contra o assalariamento e defendiam uma maior autogestão, passaram a defender os assalariados e a manutenção do emprego (SINGER, 2002). Com essa mudança e conforme o sistema foi absorvendo a demanda dos trabalhadores, a democracia se expandiu e a Economia Solidária perdeu centralidade, sobretudo nos países centrais.

Na contramão dos industriais de sua época, Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark apresentou, em 1817, uma proposta ao governo britânico para auxiliar as vítimas da pobreza e desemprego e gerar crescimento econômico. Owen sugeriu que os fundos de sustentos aos pobres, que eram apenas distribuídos aos menos favorecidos, fossem invertidos para a compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, nas quais cerca de 1.200 pessoas produziram sua própria subsistência e faziam trocas entre si (SINGER, 2002).

Outra experiência importante foi o cooperativismo de consumo, iniciado na famosa cooperativa *Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale*, em 1844. Desempenhando um importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa no século XIX. A cooperativa de Rochdale criou uma série de princípios, provavelmente fruto de numerosas experiências cooperativas relativamente independentes e que marcaram a definição do cooperativismo autogestionário. Pregando o direito de cada membro ao voto, a saída e a entrada de membros eram abertas (porta aberta), a neutralidade em questões políticas, religiosas e o empenho na educação cooperativa.

Na França, o grande nome foi Charles Fourier. Sua ideia central era que a sociedade se organizasse de forma associativista e cooperativista, por comunidades produtivas constituídas por cerca de 1.800 trabalhadores, denominadas falanstérios.

Seu sonho era que algum capitalista apoiasse o seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. Singer (2002) explica que:

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da Economia Solidária foram abrindo seus próprios caminhos (SINGER, 2002, p.38).

Com o tempo, estas tentativas fracassaram e foram perdendo força. Os socialistas utópicos sofreram grandes críticas devido ao não desenvolvimento do proletariado e pela falta de condições materiais para a sua libertação. Para Marx, os utópicos criticavam o sistema, porém não achavam uma saída e nem descobriram as condições materiais para a emancipação do proletariado. Entenderam que na sociedade existe uma classe dominante e uma classe dominada (antagonismo de classes).

Para Marx e Engels (2008), o pensamento dos socialistas utópicos seria que:

No lugar da atividade social, aparece necessariamente sua atividade inventiva, pessoal; no lugar das condições históricas da libertação, apenas condições fantasiosas; no lugar da organização paulatina do proletariado até se constituir em classe, apenas a organização de uma sociedade inventada por eles. A história futura do mundo resume-se à pura propaganda e à execução prática de seus planos sociais. [...] Por isso, rejeitam toda ação política, quer dizer, revolucionária; querem atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir caminho para o novo evangelho social pela força do exemplo, por meio de experimentos inexpressivos que, naturalmente, sempre fracassam (MARX; ENGELS, 2008, p. 61).

Diante disso, a visão dos socialistas utópicos seria apenas uma análise parcial da realidade capitalista em uma tentativa fantasiosa de abstrair-se dela. Conforme Marx previu, os movimentos cooperativistas se enfraqueceram. O movimento de Owen começou a perder força no ano de 1833 quando foi aprovado o Factory Act, que criou uma legislação trabalhista, mas não incluiu uma limitação de jornada de trabalho.

Owen liderou o movimento sindicalista contra os empregadores, mas sofreu uma derrota devido ao *lock-out* (greve patronal), no qual todos os trabalhadores do sindicato foram demitidos e tiveram de abrir mão do sindicato para poder voltar ao trabalho (SINGER, 2002).

Os movimentos inspirados em Rochdale perderam os princípios solidários, deixaram de ser autogestionários e passaram a ser como gestores, incorporando conceitos do mercado capitalista e tendo a sua administração partilhada com acionistas que não trabalhavam na cooperativa, gerando conflito de interesses (SINGER, 2002).

Tal período teve grande importância para a origem da Economia Solidária, principalmente por Owen, que abordou os tipos de organização social e política, a educação nas cooperativas e por fazer uma crítica ao capitalismo. Para Singer (2002, p.35), “esta é a origem histórica da Economia Solidária. [...] ela tornou evidente a ligação essencial da Economia Solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

À medida que os direitos trabalhistas e o trabalho assalariado avançaram, observou-se um novo período, no qual os sindicatos se tornaram organizações que passaram a defender os interesses dos assalariados e houve um desinteresse pela Economia Solidária. Singer (2002), afirma que essa nova classe operária acostumou-se ao pleno emprego e ao assalariamento.

Na segunda metade dos anos 1970, o desemprego retornou devido a alguns fatores: a crise do petróleo, a reestruturação do trabalho pelo pós-Fordismo/Toyotismo e os avanços tecnológicos. Com isso, ocorreu uma desindustrialização dos países centrais, gerando uma grande onda de desemprego e aumentando a instabilidade na economia, pois houve o aumento da competição dentro das empresas para escapar da demissão.

No Brasil, assim como no passado, a Economia Solidária apareceu em um momento de crise e desemprego. Outro fator que contribuiu para o aumento do desemprego foi a abertura econômica no início da década de 1990. Ao mesmo tempo, ocorreu uma maior precarização do trabalho e o aumento da informalidade. Impactos que são observados até hoje (SINGER, 2002). Nesse período, notou-se um número cada vez maior de movimentos trabalhistas e iniciativas buscando retomar os princípios cooperativistas, com igualdade dentro dos empreendimentos e com autogestão.

Nesse sentido, a Economia Solidária despontou como uma tentativa de expandir as liberdades: a liberdade material, a liberdade de acesso ao trabalho e renda, aos meios de produção e de proporcionar melhores oportunidades sociais. A partir daí surgiram várias “[...] iniciativas econômicas para geração alternativa de

trabalho e renda, tais como: cooperativas, empresas autogeridas, sistemas de trocas não monetárias, bancos populares, entre outras”. (AZAMBUJA, 2009, p. 286).

No Brasil, vale destacar que a renovação da Economia Solidária não se deu apenas pela população desempregada, uma vez que a retomada dessa modalidade de economia se deu a partir de várias iniciativas ligadas à Igreja Católica, aos sindicatos, às universidades e outras entidades, que difundiam os princípios e conhecimentos da Economia Solidária. Uma das pioneiras dessa corrente foi a Caritas, movimento que faz parte da Igreja Católica e que começou a trazer recursos de vários países da Europa para o apoio de grupos de trabalhadores desempregados do Brasil (FRANÇA, 2019).

Na década de 1990 foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que teve uma importante participação na recuperação e conversão de empresas falidas ou em crise em cooperativas, mantendo seus empregos e trabalhando de forma autogestionária (SINGER, 2002).

Em 2001, esses atores começaram a se organizar, ganhando força com o I Fórum Social Mundial (FSM). O evento teve a participação de mais de 15 mil pessoas de 117 países diferentes e teve como resultado a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), constituído por diversas organizações.

Em 2002, o GT-Brasileiro criou as diretrizes gerais da Economia Solidária e teve um importante papel na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante uma plenária com uma agenda de debates, tendo a participação de mais de 200 pessoas (FBES, 2005). É importante destacar a participação no Fórum Brasileiro de Economia Solidária na construção da política pública da Senaes.

A partir da criação do GT-Brasileiro, criou-se o Fórum Brasileiro e o mesmo teve participação nas etapas da construção da política pública. Esse momento nos revela o aspecto da criação do poder de decisão não apenas no âmbito industrial, mas também no contexto social como um todo, permitindo maior participação política.

Alguns dos princípios mais importantes da Economia Solidária são: a autogestão, a cooperação e a solidariedade, sendo indispensáveis para a criação de uma nova economia, socialmente justa e que prioriza o interesse e o bem-estar coletivo.

À medida que as formas de divisão do trabalho se tornaram cada vez mais complexas houve a necessidade de ocorrer cooperação e participação entre os cidadãos. Adam Smith (1723-1790), em *A riqueza das nações*, já afirmava:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, em geral, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho que, de outra forma, teria de ser feitas por muitas [...] o casaco de lã, por exemplo, que o trabalhador usa para agasalhar-se é o produto do trabalho conjugado de uma multidão de trabalhadores. O pastor, o selecionador de lã, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o confeccionador de roupas, além de muitos outros [...] (SMITH, 1988, p.19-22).

Smith (1988) explica sobre a importância do trabalho coletivo e do trabalho especializado, mas esse ofício pode se dar de forma hierárquica como também de forma autogestionária, o mesmo não chama atenção para a participação na tomada de decisão, é uma questão que sucederá depois, uma iniciativa dos trabalhadores.

Para Follis (2007), a autogestão deve ser entendida como um sistema de organização de atividades sociais e que são desenvolvidas por meio da cooperação de várias pessoas. O autor afirma ainda que a autogestão é um “[...] princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido de reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade” (FOLLIS, 2007, p. 74).

A autogestão se contrapõe à heterogestão, na qual há uma divisão hierárquica do trabalho entre trabalhadores e donos do capital. O princípio da autogestão afirma que todos os trabalhadores são responsáveis pelo empreendimento e que cada um deve possuir voz e as decisões são tomadas de forma coletiva.

A solidariedade nos empreendimentos de Economia Solidária pode ser percebida por meio da melhoria de vida dos trabalhadores, pelo sentimento de inclusão e ajuda entre os sócios, pela criação de laços entre os participantes e a comunidade local. De acordo com o Ministério do Trabalho, a solidariedade está presente de inúmeras formas na Economia Solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na busca pelo bem-estar dos envolvidos e na busca de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

Sendo todos os princípios respeitados, o empreendimento solidário se mostra como uma alternativa de inclusão social, redução de desigualdades além de

trazer dignidade aos trabalhadores. Com isso, uma nova economia é criada, com valores diferentes, onde pessoas cooperam e ganham juntas, servindo com uma verdadeira rede solidária. Nessa situação cuja participação dos trabalhadores é importante no processo de expansão de liberdades, surge a necessidade de se discorrer sobre o conceito de liberdade, na visão de Amartya Sen.

### 3.2 DESENVOLVIMENTO EM AMARTYA SEN

O conceito de desenvolvimento pode ser visto como o aumento da renda per capita da população e conseqüentemente, dos salários e bem-estar da sociedade, portanto, deve englobar “as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014, p. 242).

Na visão de Sen (2010), o desenvolvimento é visto como liberdade. Para ele, o desenvolvimento se baseia na remoção de fontes de privação que limitam a liberdade de escolha que as pessoas possuem. Analisar o desenvolvimento como liberdade é necessário para a melhora na qualidade de vida do indivíduo. Para que o desenvolvimento ocorra de fato, se faz necessário remover as fontes de privação de liberdade, fortalecendo a democracia, os direitos individuais e as oportunidades econômicas. Para o autor, a liberdade é central para o desenvolvimento por conta de duas razões: a) A primeira é a razão avaliatória, essa avaliação reforça que o desenvolvimento só acontece com o aumento da liberdade das pessoas; b) A segunda é a razão da eficácia, essa razão mostra que o desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2010).

A segunda razão precisa ser observada a partir da relação de diferentes tipos de liberdade, uma vez que essa inter-relação propicia a condição de agente livre e sustentável como um motor do desenvolvimento. Consoante à razão da eficácia, o que as pessoas conseguem realizar é influenciado pelas liberdades políticas, econômicas, acesso à saúde entre outros. Assim, segundo Sen (2010, p. 33), “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

Essas inter-relações também influenciam as condições institucionais, seja por meio do exercício da liberdade das pessoas na escolha social, seja por intermédio da tomada de decisão pública. O progresso de oportunidades dos agentes livres é influenciado por esse cenário de liberdades econômicas, políticas e demais liberdades. O mesmo não acontece quando a liberdade é privada do indivíduo, como o acesso à educação, saúde, saneamento básico entre outros.

Sobre isso, Sen (2010) afirma que:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2010, p. 26).

Diante de tais relações, percebemos que com oportunidades sociais adequadas, o indivíduo consegue moldar o seu destino, melhorar sua qualidade de vida e ainda aumentar a cooperação, ajudando uns aos outros, contribuindo com o aumento da liberdade humana em geral.

Os pontos levantados por Amartya Sen podem ser encontrados ao observar os movimentos de Economia Solidária, como a ampliação das capacidades dos indivíduos, melhorando sua qualidade de vida e fortalecendo as liberdades políticas, pois o indivíduo assume a sua condição de agente e se torna protagonista de sua história. É importante citar o papel da educação, pela qual os indivíduos aprendem uns com os outros, mudando sua perspectiva de ver o mundo, aprendendo junto com o movimento, onde todos tomam decisões de forma autogestionária.

Considerando essa perspectiva, Sen (2010) afirma que:

As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2010, p. 77).

Nesse sentido, a Economia Solidária fortalece a democracia por meio do aumento da liberdade política e a sua participação na sociedade civil, sendo importante também para o aumento na liberdade na esfera econômica. Vale destacar

que a conscientização dos trabalhadores em relação à Economia Solidária depende também das oportunidades que surgem e deixam de surgir dentro do capitalismo.

A expectativa de partir para uma alternativa solidária, muitas vezes não depende só do trabalhador. Em muitos casos, o trabalhador é privado da liberdade de escolher um emprego formal, de qualidade e que ofereça humanização. Com isso, o mesmo procura fazer escolhas que maximizem o seu bem-estar por haver uma maior vantagem. O custo de oportunidade, nesse caso, é bem alto: buscar fazer parte de um empreendimento solidário ou o desemprego.

Na próxima seção, os conceitos de liberdades substantivas e instrumentais e o seu papel no desenvolvimento sustentável serão aprofundados.

### **3.2.1 O papel das liberdades instrumentais**

O papel da expansão das liberdades substantivas inclui a privação de fome, o acesso à educação, saúde, segurança e a liberdade de expressão. Para Sen (2010), o aumento das liberdades desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento e não dependem apenas do crescimento do PNB ou da renda per capita para sua expansão.

O papel instrumental está relacionado ao modo como os tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlement*), um conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais facultados a uma pessoa e que a auxiliam na expansão da liberdade como um todo (SEN, 2010).

Ao aprofundar o tema, Sen (2010) discorre sobre vários tipos de liberdades instrumentais, que contribuem para o aumento da liberdade global das pessoas. Essas liberdades possuem a autoridade de reforçar umas às outras, ampliando seu efeito, pois

Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de complementar umas às outras. Embora a análise do desenvolvimento deva, por um lado, ocupar-se dos objetivos e anseios que tornam essas liberdades instrumentais consequencialmente importantes, deve ainda levar em conta os encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando sua importância conjunta (SEN, 2010, p. 58).

Sen (2010) apresenta os seguintes tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Os encadeamentos dessas liberdades são fundamentais para a compreensão do papel instrumental da liberdade.

As liberdades políticas referem-se a ter liberdade de expressão, a possibilidade de escolher e vigiar a atitude de representantes, ter liberdade de imprensa, de criar e participar de movimentos políticos. Sen (2010), afirma que:

As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangentes [...]. (SEN, 2010, p. 58).

As facilidades econômicas são relacionadas ao consumo, troca e a oportunidades de utilizar os recursos econômicos. O processo de aumento da renda, por meio do desenvolvimento econômico, deve considerar não apenas o aspecto agregativo, mas também o distributivo, já que

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento do mercado. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população (SEN, 2010, p. 58).

As oportunidades sociais são representadas pela educação, do acesso à saúde, programas de geração de renda, segurança, etc. e que ampliam outras liberdades, como uma pessoa que possui acesso à educação e, com isso, consegue maior acesso à informação e a participação política.

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como, por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas (SEN, 2010, p. 59).

A garantia de transparência diz respeito à necessidade de confiança, cooperação, clareza, a tomada de decisão de forma democrática. Essas garantias possuem um papel importante contra a corrupção, esquemas financeiros e a gestão irregular.

As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, a vida de muitas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – pode ser afetada negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, por tanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. (SEN, 2010, p. 60).

A última liberdade instrumental é a segurança protetora. Para Sen (2010), “a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte” (SEN, 2010, p. 60). A segurança protetora tem o papel de garantir uma proteção social para a população, impedindo-a de passar por imprevistos como: fome, desemprego, garantia de renda em tempos de calamidade pública.

De acordo com as liberdades apresentadas, ressaltamos a relevância da questão do desenvolvimento como um processo que integra liberdades econômicas, sociais e políticas. Além de conhecer a importância que a liberdade possui, é preciso entender como elas estão relacionadas, priorizando e buscando oportunidades sociais, garantindo o acesso à saúde e à educação, focando não apenas no crescimento econômico. O processo de desenvolvimento não é um processo isolado, mas uma série de processos que se integram e, posteriormente, ampliam seus efeitos quando articuladas.

De acordo com os conceitos apresentados, é possível fazer uma relação com a Economia Solidária que, por meio da autogestão, pode permitir tanto o acesso aos meios de produção, como o acesso aos produtos, à renda gerada por essa produção e a uma maior liberdade política. A efetivação de tais liberdades nos empreendimentos de Economia Solidária acaba promovendo uma mudança no modo atual de produção para uma gestão participativa e que valorizam os indivíduos, sendo uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção busca apresentar o mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária, elaborado pela SENAES, relacionar o desenvolvimento e o papel das cinco liberdades instrumentais apresentadas anteriormente.

### 4.1 MAPEAMENTO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

O mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários (EES) surgiu como uma forma de sistematizar e consolidar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários e dos sócios, bem como a sua participação na Economia Solidária.

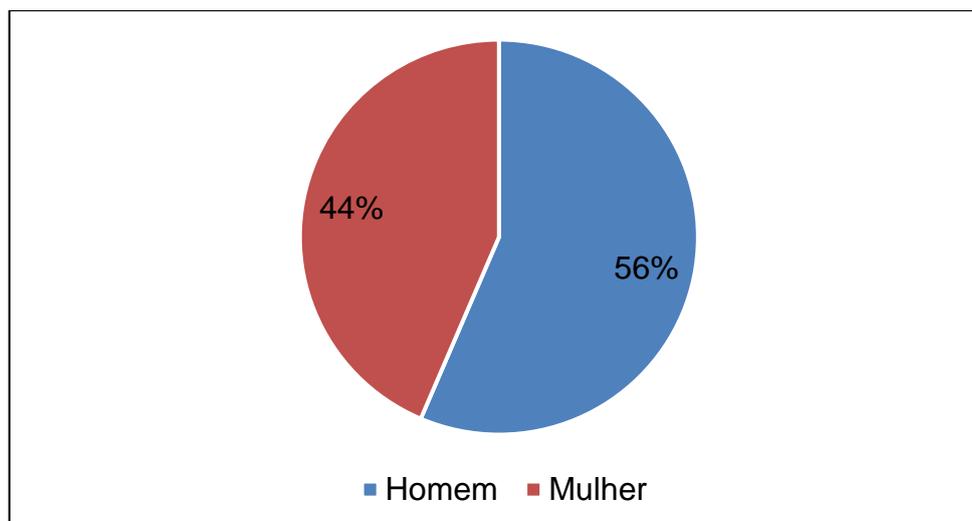
O trabalho foi elaborado por questionários, visita aos empreendimentos e consulta à base de dados construída. Como a base de dados foi transformada em um atlas digital, permitiu a análise dos empreendimentos via gráficos, mapas e tabelas, contribuindo com a disseminação e a maior compreensão dos empreendimentos econômicos solidários.

Os dados do mapeamento demonstraram não só o perfil dos empreendimentos, mas a sua situação econômica, social e política. Os empreendimentos deveriam preencher seis requisitos para serem mapeados:

[...] a) constituírem organizações supra familiares permanentes; b) sob propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; c) com emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não-associados; d) com gestão coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados; e) com registro legal ou informais; f) de natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo. (GAIGER, 2007, p. 64).

As informações geradas no trabalho constituem um importante material para a formulação e subsídio de políticas públicas, fortalecendo assim a Economia Solidária. O mapeamento identificou 19.708 empreendimentos, totalizando 1.423.631 sócios, sendo 803.373 homens (56%) e 620.258 mulheres (44%).

Gráfico 1 - Número de sócios por gênero



Nota: Considerando apenas os sócios cadastrados como Pessoas Físicas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Em relação à cor ou raça dos sócios, conforme a tabela 1, a maioria autodeclarou-se como parda (45,5%) e branca (21,1%), além de uma boa parcela não declarada (23,3% - Não se aplica). Já 7,8% dos empreendedores declararam a cor ou raça preta como predominante. É possível perceber que mesmo estando em maioria, a diferença entre pardos e brancos ainda é grande. Esse resultado nos mostra o efeito da Economia Solidária ao gerar renda entre os segmentos com pior acesso ao mercado de trabalho.

Tabela 1 - Cor ou raça predominante dos sócios

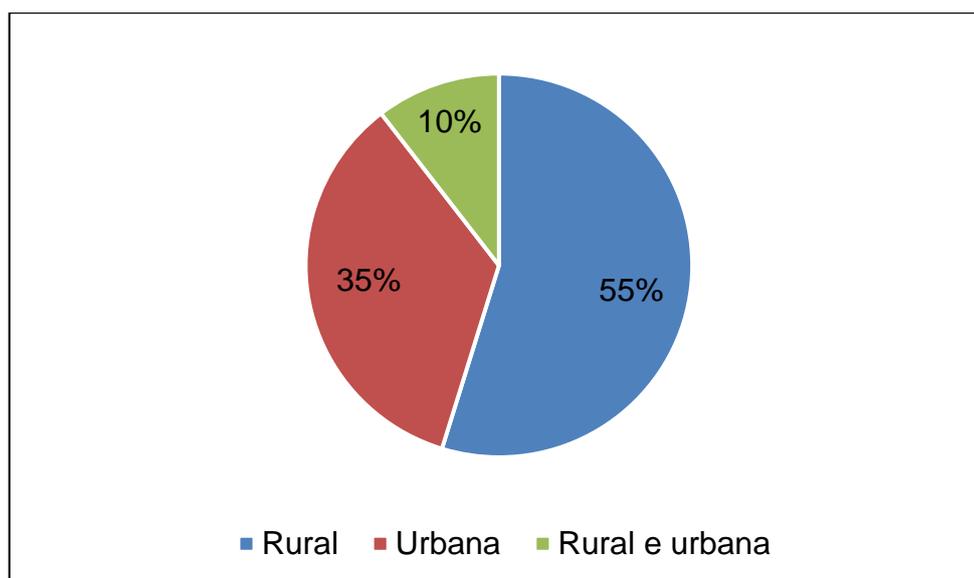
<b>Cor ou raça predominante dos sócios</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Parda	8.958	45,5%
Não se aplica	4.601	23,3%
Branca	4.158	21,1%
Preta	1.543	7,8%
Indígena	194	1,0%
Amarela	129	0,7%
Ignorado	125	0,6%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100,0%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

Em relação à área de atuação do empreendimento, o gráfico 2 mostra que 54,7% atuam na área rural; 34,8% atuam apenas na área urbana e 10,5% atuam em ambas as áreas. A maior quantidade de empreendimentos no meio rural deriva da agricultura familiar.

Gráfico 2 - Área de atuação do empreendimento

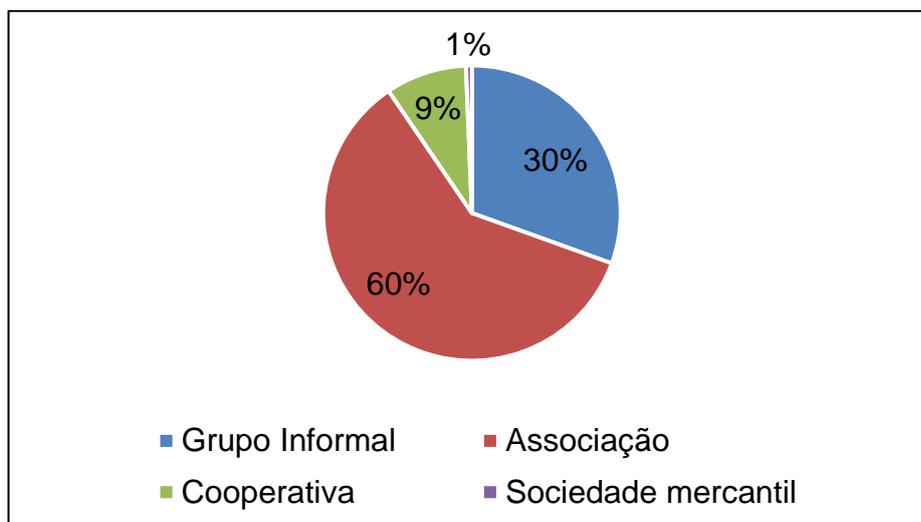


Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

A Economia Solidária possui diversos formatos organizacionais. No gráfico 3, o mapeamento identifica quatro tipos de empreendimentos: grupo informal, associação, cooperativa e sociedade mercantil. A maior parte dos empreendimentos concentra-se em associação, com cerca de 60% dos empreendimentos mapeados, seguido do grupo informal, com 30,5%, cooperativa com 8,9% e sociedade mercantil com menos de 1%.

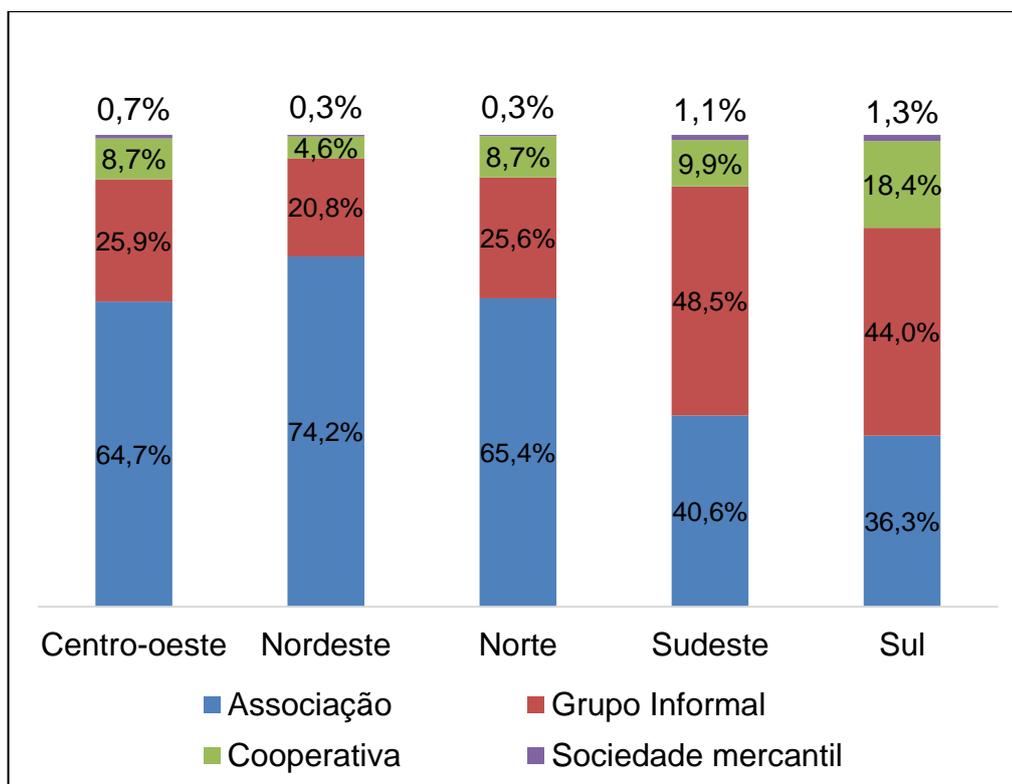
Gráfico 3 - Formas de organização do empreendimento



Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Gráfico 4 - Formas de organização do empreendimento por região



Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Os gráficos 3 e 4 demonstram que os programas de apoio e assessorias técnicas são fundamentais para o funcionamento e a garantia do funcionamento do

empreendimento. A maior parcela dos empreendimentos se enquadra como grupo informal, o que torna sua atividade bem limitada, uma vez que não conseguem emitir nota fiscal e também limitam o acesso a financiamento, empréstimos e programas de apoio governamental.

Analisando a dimensão regional, percebe-se que a Região Nordeste possui o maior número de associações, representando 74,2% de seus empreendimentos. As Regiões Sudeste e Sul possuem o maior número de grupos informais: 48,5% e 44%, respectivamente. Inclusive, possuem o maior número de cooperativas em relação às demais regiões, sendo o Sul, a região com o maior percentual, com 18,4% e o Sudeste com 9,9%.

Conforme a tabela 2, quanto à categoria social dos sócios e das sócias, a maioria dos empreendimentos encontra-se na agricultura familiar (55,3%): 17,9% no artesanato; 6,4% como autônomos; seguido de assentados da reforma agrária (5,2%); desocupados (3,4%); artistas (1,1%); técnicos (1%); e garimpeiros ou mineiros (0,1%). O questionário permite mais de uma resposta por empreendimento, de modo que o mesmo pode ter mais de uma categoria.

Tabela 2 - Categoria social dos sócios e das sócias

<b>Categoria social dos sócios e das sócias</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Agricultores familiares	10.899	55,3%
Artesãos	3.534	17,9%
Outros trabalhadores autônomos	1.261	6,4%
Não se aplica ou não há predominância	1.259	6,4%
Assentados da reforma agrária	1.033	5,2%
Desempregados (desocupados)	677	3,4%
Catadores de material reciclável	606	3,1%
Artistas	225	1,1%
Técnicos, profissionais de nível superior	194	1,0%
Garimpeiros ou mineiros	20	0,1%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

Os empreendimentos contavam com 1.423.631 sócios, o que demonstra a importância dos empreendimentos, fato este que é comprovado pelas motivações para a constituição do empreendimento:

Tabela 3 - O que motivou a criação da EES

<b>Motivação</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	9.624	48,8%
Uma alternativa ao desemprego	9.106	46,2%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	8.471	43,0%
Desenvolvimento de uma atividade em que todos (as) são donos (as)	8.024	40,7%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646	28,6%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.130	21,0%
Motivação social, filantrópica ou religiosa.	3.801	19,3%
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,0%
Incentivo de política pública (governo)	3.113	15,8%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2.828	14,3%
Fortalecimento de grupo étnico	1.912	9,7%
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601	3,0%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1.607	8,2%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7%
Outro	1.890	9,6%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100,0%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

Verificando as respostas mais comuns para a criação de um empreendimento de Economia Solidária, na tabela 3, as principais foram: ser uma fonte complementar de renda aos associados (48%); ser uma alternativa ao desemprego (46%); obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (43%). Esses dados confirmaram a importância dos empreendimentos e o seu papel como uma alternativa de renda e redução de desigualdade.

Já 40,7% dos empreendimentos responderam que uma das principais motivações foi o desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos. Essa resposta está relacionada ao princípio de autogestão, no qual os sócios conseguem ter voz e uma participação justa no empreendimento.

É possível observar que as motivações se dão no sentido de garantir uma produção com maior autonomia e liberdade política. Em uma estrutura em que todos são donos(as), a obtenção de maiores ganhos no empreendimento ampliam a liberdade de acesso à organização representada por um empreendimento coletivo.

## 4.2 LIBERDADES INSTRUMENTAIS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 4.2.1 Liberdades políticas

Para analisar a liberdade foram levantadas perguntas do mapeamento, na tabela 4, relacionadas a participação do empreendimento em fóruns de articulação, participação em movimentos sociais, se o empreendimento participa de alguma ação social, a periodicidade de reuniões. Também foi levantado quais foram as principais conquistas do empreendimento, como o aumento na participação política e autogestão do empreendimento.

Tabela 4 - Participação do empreendimento em movimentos, redes ou em ações

Pergunta	Sim	Não
O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?	57,6%	42,4%
Se empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação	39,6%	60,4%
Se o empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária	46,1%	53,9%

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

Analisando a participação do empreendimento em movimentos sociais, populares ou sindicais, a maioria dos grupos afirmou que possui algum tipo de relação, representando 57,6%. Grande parte dos empreendimentos não participa de redes ou fórum de articulação, atingindo o percentual de 60,4%.

Esse indicador mostra que ainda há margem para criação de redes e parcerias entre os empreendimentos. Essa maior articulação é importante para garantir uma maior escala e aumento de renda. Por fim, apenas 46,1% dos empreendimentos desenvolvem algum tipo de ação social.

Tabela 5 - Periodicidade da assembleia ou reunião do empreendimento

<b>Periodicidade das assembleias</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mensal	9.751	49,48%
Bimestral ou trimestral	2.991	15,18%
Semanal ou quinzenal	2.108	10,70%
Anual ou mais de 1 ano	2.041	10,36%
Semestral	1.723	8,74%
Diariamente	634	3,22%
Não realiza assembleia geral	460	2,33%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

Em relação à periodicidade de assembleias ou reunião, a tabela 5 mostra que quase 50% dos empreendimentos entrevistados afirmaram que fazem reuniões mensais e somente 2,33% dos empreendimentos responderam que não realizam assembleias. Há uma considerável participação dos sócios nas assembleias, visto que grande parte costuma fazer pelo menos quase metade dos empreendimentos realiza uma reunião mensal. Esse momento é importante, pois, é por meio dele que são tomadas as decisões, alinhamentos e destinos do empreendimento.

Tabela 6 - Tipo de apoio, assessoria ou capacitação recebido

<b>Tipos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Assistência técnica e/ou gerencial	7.541	38,3%
Qualificação profissional, técnica, gerencial	7.070	35,9%
Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)	4.166	21,1%
Elaboração de projetos	3.129	15,9%
Assessoria na constituição, formalização ou registro	2.095	10,6%
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	1.885	9,6%
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	1.648	8,4%
Assistência jurídica	1.414	7,2%
Incubação	616	3,1%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações cadastradas no banco de dados do SIES (2021)

A tabela 6 mostra que os tipos de apoio, assessoria ou capacitação que os empreendimentos receberam são, em sua maioria, assistência técnica e/ou gerencial (38,3%), seguido de qualificação profissional, técnica e gerencial (35,9%) e formação sociopolítica (21,1%). Apoios como assistência jurídica (7,2%), formalização ou registro do empreendimento (10,6%) e assessoria na comercialização de produtos (8,4) também foram levantados, mas com baixos percentuais, sinalizando que ainda há uma boa margem de melhoria quanto a melhora nas vendas e regularização do empreendimento.

Quanto maior esses indicadores e também a participação e apoio de outros setores da sociedade e governo, melhores serão as chances de os empreendimentos desenvolverem suas atividades, buscando uma maior organização e melhores resultados.

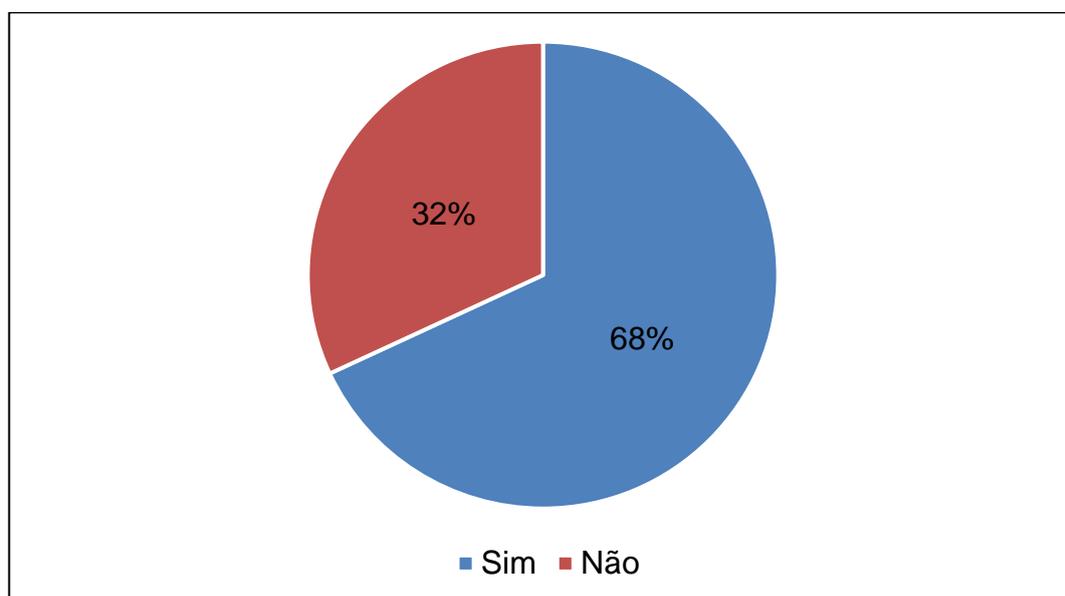
De acordo com as respostas apresentadas, percebemos que os empreendimentos econômicos solidários ampliam as liberdades políticas. Dado que os empreendimentos participam de movimentos sociais, fóruns de articulação, também participam de ações sociais, além de se reunirem periodicamente, exercitando a democracia e a autogestão.

#### **4.2.2 Facilidades econômicas**

Em relação às facilidades econômicas, foram levantados dados sobre a remuneração dos sócios, viabilidade econômica dos empreendimentos, desafios na comercialização e investimentos realizados.

Analisando a remuneração dos sócios, no gráfico 5, vemos que a maioria dos empreendimentos vem conseguindo remunerar os mesmos (68%). Esse número nos mostra a importância dos empreendimentos como fonte de renda e de acesso a bens e serviços.

Gráfico 5 - O empreendimento está conseguindo remunerar os sócios que trabalham (Nº EES: 11.081)



Nota: Apenas uma opção possível foi escolhida pelo empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Analisando a importância da renda obtida pelos sócios, a tabela 7 mostra que 45,8% dos empreendimentos afirmaram que a renda é a fonte principal dos sócios. Para 43% dos empreendimentos, a renda serve como um complemento de rendimento de outras atividades. O restante afirmou que a renda serve como complemento de doações (7%), e complemento de aposentadorias ou pensões (3,2%).

Tabela 7 - Importância da renda obtida pelos sócios

<b>A renda obtida pelos (as) sócios(as) é:</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
A fonte principal da renda dos sócios	3.453	45,8%
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades	3243	43,0%
Complementação de recursos recebidos por doações ou programa	526	7,0%
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	244	3,2%
Outro	69	0,9%
<b>Nº EES</b>	<b>7.535</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Considerando os resultados do empreendimento, observamos na tabela 8 que 38% conseguiram pagar as despesas, mas sem sobras; 37% conseguiram pagar as despesas e ter alguma sobra/excedente. Apenas 11% dos empreendimentos mapeados não conseguiram pagar suas despesas.

Tabela 8 - O que os resultados econômicos permitiram no ano anterior

<b>No ano anterior, os resultados econômicos permitiram:</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	7.404	38%
Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	7.333	37%
Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de atividade)	2.737	14%
Não deu para pagar as despesas	2.234	11%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

De acordo com os pontos levantados, os empreendimentos permitem o acesso à renda e o acesso ao mercado de trabalho. Para Sen (2010), a liberdade de entrar em mercados possui uma grande contribuição para o desenvolvimento e a sua negação está entre as privações enfrentadas por muitos pequenos agricultores e produtores sujeitos a restrições tradicionais.

Nesse sentido, podemos perceber o aumento das facilidades econômicas na explicação de Sen (2000), quando o autor reitera que

A disponibilidade de financiamento e o acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os intitamentos que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar. Isso se aplica em todos os níveis, de grandes empresas (onde podem trabalhar centenas de milhares de pessoas) a pequenos estabelecimentos, que operam com base em microcréditos. Um arrocho no crédito pode afetar os intitamentos econômicos que dependem desse crédito (SEN, 2000, p.55).

Para tentar entender os motivos de os empreendimentos não estarem conseguindo remunerar seus sócios ou pagar suas despesas, analisamos as principais dificuldades que os empreendimentos enfrentaram na comercialização de seus produtos na tabela 9.. Em relação à pesquisa, as principais dificuldades identificadas foram: a falta de capital de giro, estrutura inadequada para comercialização, a concorrência, problemas logísticos e demanda insuficiente.

Tabela 9 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos

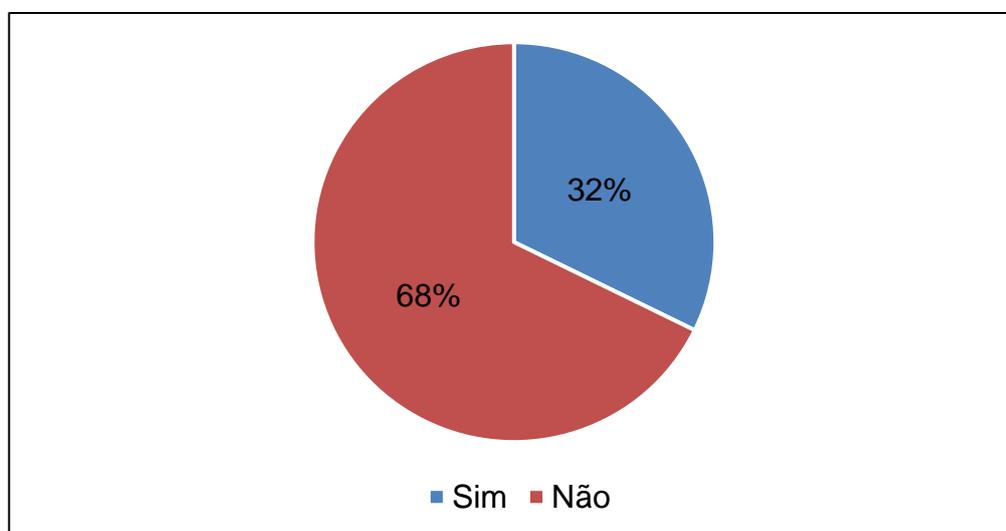
<b>Dificuldades</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Falta de capital de giro	711	27,1%
Estrutura para comercialização inadequada	587	22,3%
A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios	481	18,3%
Dificuldade ou custo elevado de transporte	476	18,1%
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	427	16,2%
Os preços praticados são inadequados	370	14,1%
Quantidade suficiente de clientes	354	13,5%
Precariedade das estradas para escoamento da produção	294	11,2%
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	291	11,1%
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)	268	10,2%
Os compradores só compram em grande quantidade	205	7,8%
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	195	7,4%
Falta de registro sanitário ou alvará	173	6,6%
Os produtos não são conhecidos	148	5,6%
Outros	203	8%
<b>Nº EES</b>	<b>2.628</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

As dificuldades para a comercialização dos produtos impactaram na realização de investimentos nos empreendimentos. Analisando se foram realizados investimentos nos últimos 12 meses, o gráfico 6 informa que 68% dos empreendimentos responderam negativamente e 32% responderam que realizam algum tipo de investimento.

Gráfico 6 - Se o empreendimento realizou investimentos nos últimos 12 meses (Nº EES: 19.708)



Nota: Apenas uma opção possível foi escolhida pelo empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Analisando os tipos de investimentos no empreendimento, na tabela 10, é possível verificar que a maioria ocorreu na aquisição e renovação de equipamentos (36,9%), seguido de infraestrutura física (31,3%) e Ampliação de estoque de matérias primas (10,4%). Apenas 9% dos empreendimentos investiram em capacitação técnica dos sócios e apenas 6,4% investiram na divulgação e comunicação de seus produtos.

Tabela 10 - Investimentos realizados no empreendimento

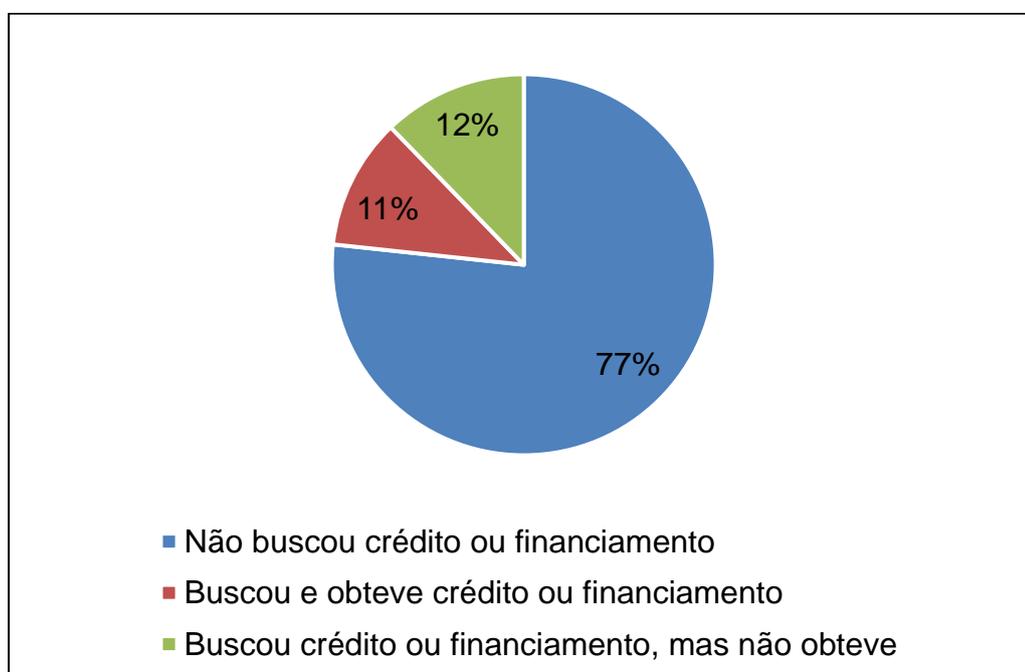
Qual investimento foi realizado no EES	Total	%
Equipamentos (aquisição, renovação)	3.861	36,9%
Infraestrutura física (prédios, construções etc.)	3.268	31,3%
Ampliação de estoque de matérias-primas	1.091	10,4%
Capacitação de mão-de-obra	940	9,0%
Comunicação / divulgação	673	6,4%
Outro tipo de investimento	403	4%
Abertura de lojas/espços de comercialização	145	1,4%
Abertura de filiais	76	0,7%
<b>Nº EES</b>	<b>10.457</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Uma alternativa para superar as dificuldades e realizar investimentos seria buscando crédito no mercado. Segundo os números do mapeamento, o acesso ao crédito ainda é bem pequeno, o que pode explicar o baixo percentual de investimento nos empreendimentos. No gráfico 7 é possível perceber que a maioria dos empreendimentos não buscou crédito ou financiamento, representando 77% dos empreendimentos, 23% buscaram crédito, mas apenas 11% (2.189) dos empreendimentos conseguiram acesso a alguma linha de crédito.

Gráfico 7 - Se o empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses (Nº EES: 19.708)

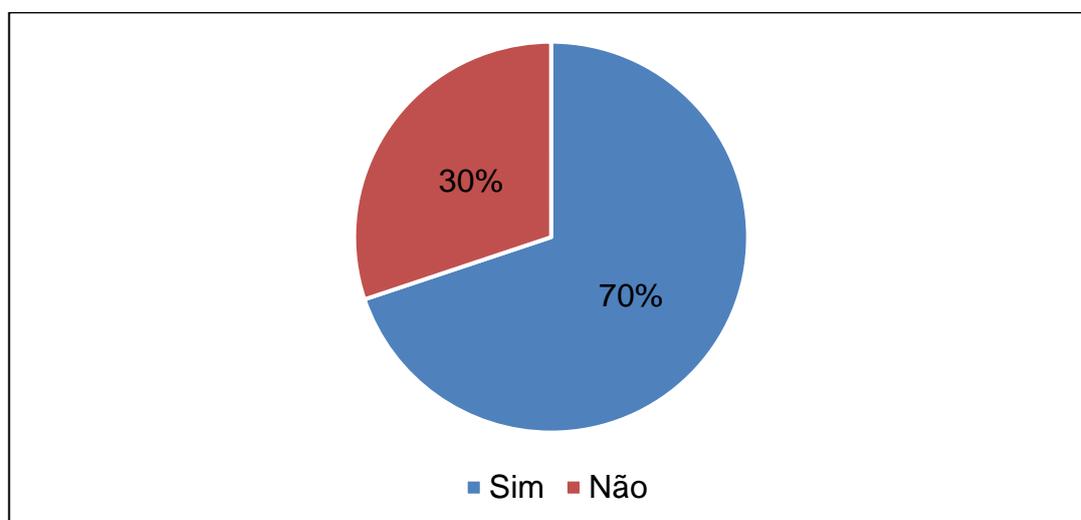


Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Quando perguntado se existe a necessidade de financiamento, o gráfico 8 mostra que 70% dos empreendimentos responderam que sim, mostrando que mesmo não buscando crédito, ainda há uma demanda por parte dos empreendimentos solidários. Os números refletem podem refletir o grau de informalidade, o risco de inadimplência por possuírem dificuldades na comercialização e não conseguirem honrar com suas dívidas, burocracia dos bancos, altas taxas de juros, falta de garantias entre outros motivos.

Gráfico 8 - Se no momento existe necessidade de financiamento (Nº EES: 19.708)

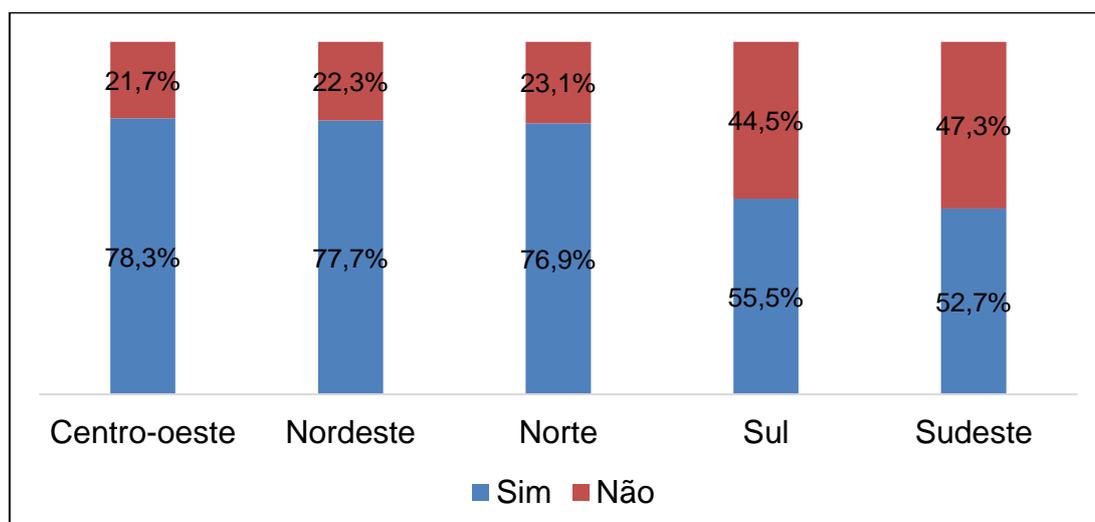


Nota: Apenas uma opção possível foi escolhida pelo empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Analisando a necessidade por região, no gráfico 9, é possível perceber que há uma maior necessidade de financiamento nas regiões Centro-oeste (78%), Nordeste (77,7%) e Norte (76%,9). Sul (55,5%) e Sudeste (52,7%) apresentam altos percentuais, mas menores se comparado às outras regiões.

Gráfico 9 - Se existe necessidade de financiamento por região (Nº EES: 19.708)



Nota: Apenas uma opção possível foi escolhida pelo empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

### 4.2.3 Oportunidades sociais

Conforme vimos ao longo do trabalho, a Economia Solidária, bem como seus empreendimentos, auxilia no combate à pobreza e a desigualdade, e surge como uma alternativa de renda e emprego aos trabalhadores. Além disso, aumentam as liberdades políticas, promovem a educação e cultura para a transformação social por meio da valorização dos saberes populares locais.

Verificando as principais conquistas dos empreendimentos solidários, vemos na tabela 11 que a maioria conseguiu alcançar uma maior integração do grupo (66%), seguido de geração de renda ou de maiores ganhos para os sócios (as) (58,9%). Importante destacar as conquistas para a comunidade local como moradia, escola e infraestrutura (37,6%) e também o exercício da democracia e autogestão (48,9%), esse último ponto também diz respeito à liberdade política.

Tabela 11 - Principais conquistas do EES

<b>Quais as principais conquistas do EES</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
A integração do grupo/coletivo	13.025	66,09%
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)	11.618	58,95%
A autogestão e o exercício da democracia	9.651	48,97%
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)	7.411	37,60%
O comprometimento social dos (as) sócios (as)	7.372	37,41%
A conscientização e compromisso político	3.510	17,81%
Outra	2.432	12,34%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100,00%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Todas as conquistas mapeadas contribuem para o aumento das oportunidades sociais. Com uma maior integração do grupo, autogestão e exercício da democracia, os sócios ampliam seu poder de decisão dentro do empreendimento, com a sua colaboração e valorização, os valores são incorporados fora do empreendimento gerando uma maior liberdade de expressão e senso político. A geração de renda ou a obtenção de maiores ganhos promove o aumento das facilidades econômicas e também facilita as conquistas para a comunidade e permite um melhor acesso à infraestrutura, moradia e a educação.

É possível observar que a Economia Solidária possui um importante papel no acesso ao conhecimento e educação, empoderando seus sócios, promovendo o comprometimento comunitário, político e social.

Os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. (SINGER, 2005, p.17).

O conhecimento pode ser identificado nas relações entre os sócios, no ensino e aprendizado dos valores, como a solidariedade e a cooperação.

Tabela 12 - Principais desafios do empreendimento

<b>Quais os principais desafios do empreendimento</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Viabilizar economicamente o empreendimento	13.108	67%
Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)	14.503	74%
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)	7.755	39%
Efetivar a participação e a autogestão	8.611	44%
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)	6.714	34%
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)	7.294	37%
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de Economia Solidária	8.457	43%
Manter a união do grupo/coletivo	11.048	56%
Outro	3.105	15,8%
<b>Nº EES</b>	<b>19.708</b>	<b>100%</b>

Nota: Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações coletadas no banco de dados do SIES (2021)

Analisando os desafios enfrentados pelo empreendimento, observamos na tabela 12 que, para 67% dos empreendimentos é viabilizar economicamente o seu negócio, além de gerar uma renda adequada aos sócios (74%). Garantir proteção social é outro desafio importante a ser superado para garantir maior segurança protetora e também efetivar a autogestão e aumentar a politização dos sócios. Este cenário demonstra o quanto os empreendimentos ainda precisam ser fortalecidos e melhorados para a expansão das iniciativas de Economia Solidária.

#### **4.2.4 Garantias de transparência**

Por meio da autogestão e confiança há uma maior cooperação entre os sócios, permitindo uma ação coordenada maior, decisões tomadas de forma democrática, aumentando a eficiência do empreendimento. As garantias de transparência geram motivação além do interesse individual e dão motivos para os sócios acreditarem uns nos outros para o bem e melhoria do empreendimento.

Em relação à confiança, Fukuyama (1996) afirma que:

Uma sociedade de alto nível de confiança pode organizar seu local de trabalho numa base mais flexível e grupo-orientada, delegando mais responsabilidade aos níveis inferiores da organização. Em contrapartida, sociedades de baixo nível de confiança precisam cercar e isolar seus trabalhadores de uma série de regras burocráticas (FUKUYAMA, 1996, p. 47).

Nesse sentido, o empreendimento tende a se organizar melhor, pois há um espaço com valores compartilhados e que não requerem medidas burocráticas para a sua manutenção, pois existe um consenso mútuo entre o grupo.

#### **4.2.5 Segurança protetora**

A Economia Solidária amplia a segurança protetora, inicialmente, com os empreendimentos e, posteriormente, com as organizações representativas e os movimentos sociais como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), que possui como objetivo incentivar e apoiar a organização de trabalhadores, promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo trabalho e renda com dignidade. Outro fator importante de segurança protetora são as redes de Economia Solidária, fortalecendo os empreendimentos (UNISOL BRASIL, 2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa, constatou-se que os empreendimentos de Economia Solidária representam uma nova forma de relação entre consumidores, produtores e a sociedade. Aliando essa forma de gestão à preservação do meio ambiente. Essa relação é possível graças à cooperação, autogestão e solidariedade praticada nos empreendimentos.

Diante disso, o trabalho teve como objetivo geral, analisar como os empreendimentos da Economia Solidária promovem as liberdades instrumentais dos indivíduos sob a perspectiva de desenvolvimento econômico de Amartya Sen. Como objetivo específico, o trabalho buscou identificar o perfil dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, considerando o último mapeamento divulgado pela SENAES, em 2014. Igualmente, se propôs analisar as liberdades instrumentais por meio de dados do mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária.

Os empreendimentos de Economia Solidária detêm um importante papel na geração de renda, alternativa ao desemprego e ampliação das facilidades econômicas. No estudo foram identificados 1.423.631 sócios, inclusive entre os segmentos com maior acesso ao mercado de trabalho, como indivíduos de cor ou raça parda, preta e indígena, sendo que para 45,8% dos sócios, a renda obtida é a fonte principal ou complemento da renda dos sócios.

Os principais motivos que levaram a criação do empreendimento solidário foram: complementar a renda dos associados, ser uma alternativa ao desemprego, obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e desenvolver uma atividade na qual todos são donos.

A maioria dos grupos, 57,6% dos empreendimentos, afirmaram possuir alguma relação ou participar de movimentos sociais, populares ou sindicais e cerca de 40% dos empreendimentos participa de alguma rede ou fórum de articulação. Quase 50% dos empreendimentos afirmaram ter pelo menos uma reunião mensal. A participação do empreendimento em reuniões periódicas é importante para tomada de decisões, definir alinhamentos sobre o empreendimento e para que sejam compartilhados os princípios de Economia Solidária, inclusive estimular o maior engajamento nas redes ou fóruns de articulação. Todas as informações levantadas demonstram a importância que os empreendimentos possuem na ampliação da liberdade política.

Segundo o mapeamento, as maiores conquistas do empreendimento estão relacionadas à maior integração do grupo/coletivo, a geração de renda ou de maiores ganhos para os(as) sócios(as), conquistas para a comunidade local (moradia, escola e infraestrutura), um maior comprometimento social dos(as) sócios(as), além do papel do empreendimento no acesso à educação e ao conhecimento. Todas as conquistas mapeadas contribuem para o aumento das oportunidades sociais.

De acordo com o mapeamento, grande parte dos empreendimentos apresentaram problemas de formalização e acesso a crédito e financiamento. Foi constatado que os tipos de apoio, assessoria ou capacitação ainda são relativamente baixos, havendo grande espaço para melhoria quanto à formalização e orientação na busca por crédito e a boa administração dos recursos. Os maiores desafios do empreendimento são: gerar renda adequada aos(às) sócios(as), viabilizar economicamente o empreendimento, garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) e efetivar a participação política, ampliando a conscientização, efetivando a autogestão e união do grupo.

Em 2017, a Senaes foi rebaixada a Subsecretaria na gestão Temer e, no ano de 2019, foi extinta pelo Governo Bolsonaro. Com a extinção, um ciclo de políticas públicas foi encerrado, deixando de ser uma estratégia de desenvolvimento econômico, ficando limitado à política de assistência social e de renda. A limitação também pode ser observada no orçamento destinado à Economia Solidária, que vem sendo reduzido a cada ano e passa por um processo de desconfiguração.

Ainda que defasados, os dados apresentados já mostram uma série de ações e políticas públicas, por meio de programas de formalização, assessorias técnicas e fomento. Enfatizamos que é essencial ampliar as liberdades instrumentais para que os empreendimentos ganhem mais força (com a participação de fóruns, reuniões, etc.) e que os sócios possam ter uma participação efetiva na construção e fortalecimento de suas atividades.

Vale destacar que o trabalho traz uma descrição particular dos empreendimentos econômicos e que outras informações podem ser analisadas a partir dele. Diante da metodologia utilizada no estudo, a pesquisa poderia ter sido realizada com dados mais recentes, mas o último mapeamento foi finalizado no ano de 2013, ou seja, o trabalho reflete a realidade da época em que os dados foram coletados. Ter um histórico com os dados analisados poderia ser fundamental para verificar a evolução dos empreendimentos e a sua dinâmica com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os valores da Economia Solidária**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/gXPVRvZYCpcQ4qFjFBwWZQP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jan. 2019, Seção 1. Edição especial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. **Economia solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**. Brasília: Senaes; MTE, 2009. (Sistema de Informações em Economia Solidária – Sies 2009/2010, v.1). Disponível em: <[http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B49A1F9B63B16/sies\\_guia\\_2009\\_01.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B49A1F9B63B16/sies_guia_2009_01.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da Economia Solidária no RS. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44., 2006, Fortaleza, Anais[...]. Fortaleza: SOBERB; BNB, 2006. p.1-16.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101760>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

FBES. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, Brasília, 02 maio 2005. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Coordenação Executiva FBES. **Carta FBES ao Ministério do Trabalho e Emprego**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Brasília, 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2015/06/25/carta-fbes-ao-ministerio-do-trabalho-e-emprego/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FOLLIS, Massimo. Autogestão. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v.1.

FRANÇA, Elvira Eliza. **Economia solidária: uma ação cooperativa de inclusão social**. Amazônia Real, Manaus, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/economia-solidaria-uma-acao-cooperativa-de-inclusao-social/>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 79, p. 57-77, dez. 2007.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular).

PINHO, Leonardo. **Como fica a Economia Solidária em 2020?**. UNISOL Brasil. 17 de dezembro de 2019. Disponível <<http://portal.unisolbrasil.org.br/como-fica-a-economia-solidaria-em-2020/>>. Acesso em: 05 set. 2021.

PROJETO SIES; GRUPO ECOSOL UNISINOS. **Atlas digital da economia solidária**. Porto Alegre: Allego, 2014. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 26 maio 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Márcia Nazaré. **A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho**. Âmbito Jurídico, São Paulo, 01 de maio de 2011. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-100/a-economia-solidaria-e-as-novas-possibilidades-do-mundo-do-trabalho/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 6. reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A economia solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p.13-20.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas, vol. 01).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UNISOL BRASIL. **Missão e objetivos**. Disponível em: <<http://portal.unisolbrasil.org.br/missao-e-objetivos/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.